

JT

ANC

jornal da tarde

A Constituinte

A pressão foi demais. E Ulysses acabou aceitando.

O Presidente da Assembléia Nacional Constituinte decidiu ontem, à noite — após a votação de 316 votos a favor e 41 contra —, prorrogar até das 15 horas de hoje o prazo de apresentação de emendas ao substitutivo de Fernando Henrique Cardoso ao projeto de regimento interno — classificado de antidemocrático e casuístico. Os líderes do PDT (Brandão Monteiro), do PT (José Genoíno) e do PCB (Roberto Freire) discordaram da decisão de Ulysses Guimarães, e o PDT solicitou, por seu turno, votação nominal que confirmou a decisão do presidente. O relator apresentará novo substitutivo até amanhã às 13 horas.

O pedido da reabertura do prazo foi exigência do PFL (119 deputados e 15 senadores) apoiado pelo PDS, PTB, PDC, sob pena de não participarem da votação do regimento interno, deixando toda a responsabilidade ao PMDB e aos partidos de esquerda — PDT, PT, PCB, PC do B, PSB.

O PMDB acabou aceitando as ponderações e resolveu reabrir o prazo de emendas. No plenário, o relator Fernando Henrique pediu ao presidente Ulysses Guimarães prazo até as 15 horas de hoje. O líder do PMDB, Luiz Henrique, deu seu apoio, a exemplo dos líderes Amaral Netto (PDS),

Gastone Righi (PTB), José Lourenço (PFL).

Fernando Henrique Cardoso e Luiz Henrique disseram que o PMDB reabria o prazo para permitir que a elaboração do regimento interno fosse a mais democrática. O relator admitiu que a Comissão de Sistematização, conforme a redação do substitutivo, criou polêmicas e ele pretendia esclarecer a questão. José Genoíno (PT-SP) alertou ao PMDB: "os que pediram a reabertura do prazo querem investir contra a soberania da Constituinte".

A decisão de Ulysses Guimarães, de reabrir o prazo, foi consequência da posição assumida pelo PMDB, diante das reações do PFL, do PDS, do PTB, do PDC. O presidente da Constituinte reuniu-se reservadamente com as lideranças do governo e do PMDB e, em seguida, convocou ao seu gabinete os líderes de todos os outros partidos.

O acordo estava evidente. Mesmo assim o líder do PMDB, Luiz Henrique, preferiu o respaldo do relator e dos coordenadores das bancadas regionais do partido. Alguns deputados do PMDB reagiram, alegando que não haviam sido consultados pelo respectivo coordenador — a exemplo de Fernando Gasparian (SP).

O PDT, o PT e o PCB manifestaram o receio de que o PFL, o PDS, o PTB e o PDC pediram a reabertura do prazo para emendas a fim de suprimir dispositivo que criou o "projeto de decisão" — que permite reformar a atual Constituição.

Ficou difícil entender a posição do PDT: seus constituintes, desde sábado, não pouparam críticas ao substitutivo de Fernando Henrique e, ontem, depois que Ulysses Guimarães reabriu o prazo para as emendas, o partido brizolista discordou, recorrendo ao plenário.



PFL pede e Ulysses atende: novas emendas.

Unanimidade

A posição do PFL, por unanimidade, foi adotada durante reunião de sua bancada na Constituinte, pela manhã. Os deputados José Thomaz Nôno, Sandra Cavalcanti, Ricardo Fiúza, Rachel Cândido, entre outros, fizeram restrições ao substitutivo do relator. "Foi feito com um único objetivo: colocar na presidência da super comissão de Sistematização o senador Fernando Henrique".

O presidente em exercício do PFL, deputado Maurício Campos (MG), concordou com as reações, aceitando a posição do partido de não votar o Regimento Interno. "O gesto do PFL tem, também, o sentido de alerta. Na hora em que se definem procedimentos para a elaboração do novo texto constitucional, é inadmissível a contradição entre o discurso anterior e a atual forma de tutelar o comportamento, dominadora e antidemocrática" — diz nota do PFL, divulgada após a reunião da bancada e antes do término da conversa de Ulysses Gui-

marães com todas as lideranças partidárias.

As maiores críticas do PFL — apoiadas pelo PDS, PTB, PDC, PL, PDT, PCB, PC do B e PT — foram endereçadas aos processos de votação na Constituinte. Reclamaram os demais partidos que o PMDB pretendeu, com o Regimento, tomar conta da Constituinte com o peso de sua bancada — 289 deputados e 46 senadores.

Para apresentar projetos de decisão — que podem reformar a atual Carta — só com o apoio de um terço — 180 constituintes; pedidos de informações indeferidos pela Mesa só poderão ser reapresentados com o apoio de 56 constituintes; pedidos de destaques para votação em separado de partes do projeto de Constituição precisam do apoio de 56 constituintes ou líderes de bancada que representem esse número; só serão admitidos requerimentos de urgência na votação quando assinados, no mínimo, por 94 constituintes ou por líderes que representem este número; só poderá ser incluída na ordem do dia para discussão e votação imediata, proposição "de relevante e inadiável interesse nacional" a requerimento de 96 constituintes; o pedido de votação nominal, para verificação de votação simbólica, só será atendido pela Mesa se apoiado por 94 constituintes.

Todas estas exigências de quórum foram criticadas por todos os partidos, com exceção do PMDB, mesmo o PFL, com 135 constituintes, não aceitou o substitutivo nestes pontos:

Comissão

Também mereceu críticas dos demais partidos a proposta do relator Fernando Henrique Cardoso, de criar a Comissão de Sistematização — na verdade a "grande co-

missão". Essa comissão, além de outras atribuições, elaborará o preâmbulo, as normas gerais e as disposições transitórias e finais. Nas disposições transitórias, por exemplo, poderia ser marcada a data da eleição presidencial direta.

Há reações, também, a dispositivos do Regimento Interno quanto ao funcionamento da Câmara e do Senado. Pelo Regimento Interno, a partir de 1º de março, o Senado, a Câmara e o Congresso Nacional reformularão seus regimentos para compatibilizar a realização de suas sessões, em caráter extraordinário, ao funcionamento prioritário da Assembléia Nacional Constituinte.

Alegam muitos que o Regimento Interno não tem competência para propor alterações no funcionamento do Poder Legislativo Ordinário, pois se trata de matéria constante da atual Constituição. Além disso, como está prevista a realização de sessões plenárias da Constituinte de terça e sexta, e os demais dias e horários "estarão destinados aos trabalhos das comissões e subcomissões", não haveria condições de reunir ordinariamente Câmara, Senado e Congresso — o que, para os críticos do regimento, violaria o atual texto constitucional.

Líderes do PFL, entre os quais o senador Afonso Arinos, manifestaram a preocupação com um possível impasse do partido com o PMDB. Afonso Arinos, mesmo concordando com as restrições ao regimento, chamou atenção para o momento difícil em que vive o País, destacando a necessidade de o PFL, mesmo rompendo com o PMDB, continuar apoiando o presidente Sarney. "Não deixaremos de apoiar Sarney, mas não podemos apoiar o PMDB se o partido prestigiar o trabalho do relator Fernando Henrique Cardoso", observou Maurício Campos.